



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

O antigo Edifício da Polícia Judiciária não deve ficar desaproveitado por tempo indeterminado. O Complexo Sino-Português deve ser utilizado racionalmente.

Houve residentes que apresentaram, mais uma vez, as suas opiniões aos deputados à Assembleia Legislativa: esperam que o Governo aplique da melhor forma os recursos públicos, ocupando os imóveis do Governo que estão desaproveitados. Com a entrada em funcionamento do Complexo de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, o Gabinete de Apoio ao Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Fórum) continua a arrendar imóveis privados, o que suscitou as dúvidas do público. Apresentei várias interpelações sobre a situação irracional em que se encontra o antigo edifício da Polícia Judiciária (PJ), ou seja, continua completamente desaproveitado, enquanto o Gabinete do Secretário para a Economia e Finanças e o Gabinete do Secretário para os Transportes e Obras Públicas se encontram em prédios privados, e o valor anual das rendas ultrapassa 10 milhões de patacas. Em Abril do corrente ano, na resposta a uma interpelação escrita minha, a Direcção dos Serviços de Finanças (DSF) afirma que o antigo edifício da PJ já tinha sido atribuído ao Instituto Cultural (IC), por isso, não há que auscultar as opiniões dos referidos Secretários. Em Junho deste ano, na resposta a uma outra interpelação minha, o IC considera que a estrutura interna do antigo edifício da PJ está degradada, que há certas restrições em relação ao espaço originalmente utilizado para escritórios, e que, neste momento, não há qualquer plano



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

para a sua remodelação. Segundo a DSF, neste momento, não existem condições para mudar os referidos gabinetes dos Secretários para outro local.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. O Complexo de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, localizado na Zona C do Lago Nam Van, com uma área de 14.200 metros quadrados, foi inaugurado no ano passado, e já lá foram realizadas exposições, enquanto o Fórum continua a arrendar imóveis privados para escritórios. O Fórum deve ser transferido, quanto antes, para o referido Complexo, evitando-se assim o desperdício de erário público com o arrendamento de propriedades privadas. Isto vai ser feito?
2. O antigo edifício da PJ está situado no centro da cidade, e segundo dizem, tem um elevado valor devido à sua localização. Assim, não deve ficar desaproveitado por tempo indeterminado, devendo então proceder-se, quanto antes, às respectivas obras de remodelação. O Governo admite isto? Se se seguir o rumo do plano urbanístico, o antigo edifício do Tribunal vai ser ocupado pelo Tribunal de Última Instância. Quando? E o que é que vai acontecer ao actual edifício do Tribunal de Última Instância?
3. O Governo dispõe de algum plano concreto para a mudança do Gabinete do Secretário para a Economia e Finanças e do Gabinete do Secretário para os Transportes e Obras Públicas para as novas instalações públicas recém-construídas? Os referidos gabinetes encontram-se em prédios privados,



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

e o valor anual das rendas ultrapassa 10 milhões de patacas. Por mais quanto tempo é que esta situação se vai manter?

12 de Julho de 2021

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM

Ng Kuok Cheong